



Senado aprova Simples para número maior de empresas

Maior alcance do imposto simplificado foi aceito por unanimidade. Projeto agora vai à sanção

Os senadores aprovaram ontem por unanimidade projeto de lei complementar que reajusta em 50% os limites do Simples Nacional (Supersimples), que poderá admitir microempresa que fature até R\$ 360 mil ao ano e empresas que fature R\$ 3,6 milhões. **8**



Moneria Moritz/Senado Federal

Randolfe Rodrigues (D) debate reajuste da tabela do Supersimples: relator, José Pimentel (3º à esq.) comemorou decisão no Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa

Residentes de medicina têm reajuste acatado

Bolsa passa para R\$ 2.384, valendo desde junho e com possibilidade de revisão anual. **3**

Nova CPMF é rejeitada por 97% da população **2**

Debate em defesa do reflorestamento

Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, senadores afirmaram que o novo Código Florestal

deve prever recursos para incentivar a recomposição de áreas de preservação permanente e reserva legal. **7**



Márcia Kallume/Senado Federal

Eduardo Braga (2º à dir.) coordena debate entre Gerd Sparovek, Maria Christina Gueorguiev e Celso Manzatto

Atividade de pai social fica mais perto da aprovação

Comissão de Assuntos Sociais acata projeto, que ainda passará por turno suplementar. **6**

Lançada versão para iPhone e iPad do Jornal do Senado **4**



Gerardo Magaldi/Senado Federal

Senador Humberto Costa (C) destaca importância dos profissionais para o SUS

Agentes comunitários de saúde pedem garantia de piso salarial

Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, os agentes foram orienta-

dos a assegurar o piso salarial na proposta orçamentária para 2012. **3**

CCJ conclui reforma e veta coligação proporcional **5**

Volta à Câmara MP que destina recursos contra calamidades **4**



Waldemir Barreto/Senado Federal

Entre João Ribeiro e Vanessa Grazziotin, José Sarney preside homenagem

Senadores comemoram 23º aniversário da Constituição

No Plenário, senadores disseram que Carta Magna de 1988 trouxe

avanços sociais e políticos para o país. Sarney lembrou juramento. **4**

Levantamento do DataSenado com pessoas de todos os estados também fez avaliação geral sobre a qualidade da saúde pública e a importância da Casa para melhorar o setor

Pesquisa indica que 97% dos brasileiros são contra CPMF

HÁ DINHEIRO PARA melhorar a saúde pública no país. O que falta é gestão mais eficiente. Essa é a opinião de 70% dos brasileiros, segundo pesquisa nacional do DataSenado, ligado à Secretaria Especial de Pesquisa e Opinião da Casa (veja infográficos).

Outros 26% defendem mais recursos para o setor e 4% não opinaram. Do universo pesquisado, somente 2,95% querem a criação de um novo imposto para financiar a saúde pública, como a extinta CPMF.

A pesquisa foi realizada de 16 de setembro a 3 de outubro, por meio de entrevistas telefônicas com uma amostra de 1.290 pessoas de mais de 16 anos, de todos os estados. A margem de erro é de 3 pontos percentuais



Tiago Rodella/SerCom Centinário-USF

Dos entrevistados, 58% não têm plano de saúde e 65% utilizam serviços da saúde pública

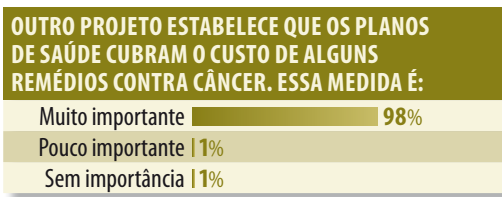
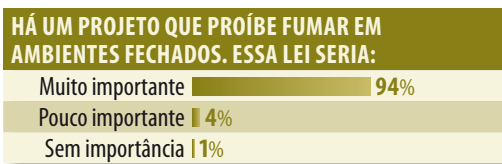
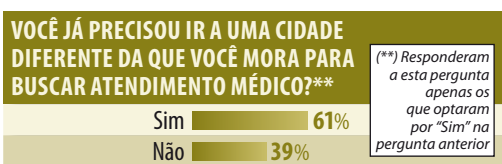
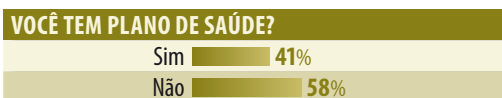
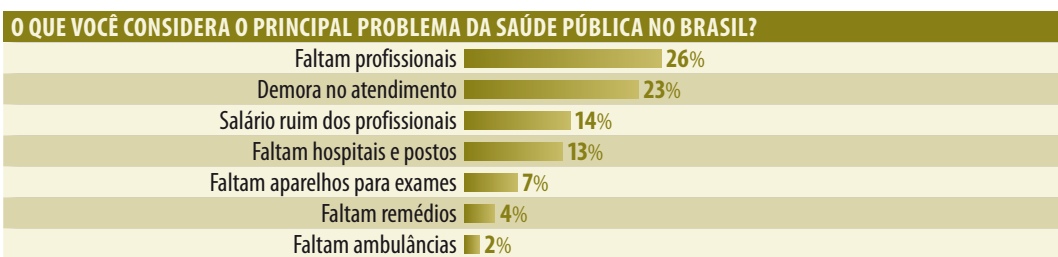
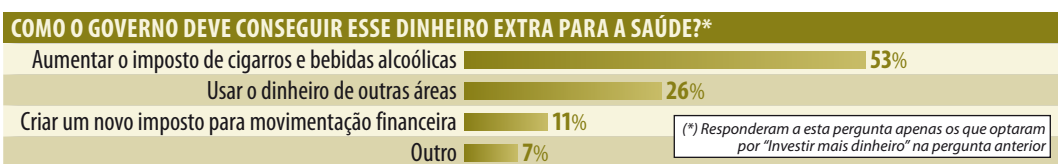
para mais ou para menos. E a resposta é estimulada. Ou seja: a cada pergunta, os entrevistados recebem opções dos pesquisadores e fazem uma escolha.

O levantamento foi motivado pelo debate em torno da Emenda 29, proposta que visa esta-

belecer percentuais mínimos de aplicação de recursos da União, estados e municípios na saúde.

A pesquisa também fez avaliação geral da saúde pública e da importância de projetos em tramitação no Senado relacionados à área.

Mais eficiência sem novo imposto



Fonte: DataSenado

Região Norte é a mais satisfeita com saúde pública

O DataSenado também quis saber quem usa e qual a opinião dos entrevistados sobre os serviços de saúde pública. Um total de 34% disse que não usa, valendo-se apenas dos planos privados, enquanto 65% declararam recorrer ao atendimento na rede mantida pelos governos. Entre esses, 61% afirmaram que já tiveram que ir a outra cidade em busca de atendimento médico. A região Norte é a que apresenta o maior índice de satisfação com a saúde pública (56%), seguida pelo Centro-Oeste (52%), Sul (45%), Sudeste (39%) e Nordeste (29%).

População acredita que Senado pode ajudar muito

A pesquisa apurou ainda que expressiva parcela da população (mais de 90%) julga muito importantes três projetos atualmente em tramitação no Senado Federal e que têm relação direta com a saúde: o que obriga os planos de saúde a cobrirem custos com alguns remédios contra o câncer (PLS 352/11), o que proíbe o fumo em ambientes fechados em todo o país (PLS 315/08) e o que prevê a punição para os administradores da saúde pública que não cumprirem com suas obrigações (PLS 190/09).

Senado lança campanha sobre teste da orelhinha

O Senado vai lançar hoje a campanha "Teste da orelhinha: rápido, não dói e gratuito". O objetivo da campanha é divulgar junto à população os benefícios sociais e de saúde em torno da realização do exame.

Durante o evento de lançamento, que vai ocorrer na Presidência do Senado a partir das 10h, serão apresentados dados específicos e atualizados sobre a surdez no país e o impacto financeiro nos cofres públicos. De acordo com a Fundação Hear the World, apenas 5% dos recém-nascidos se beneficiam

atualmente do procedimento que detecta problemas auditivos.

A Lei 12.303/10, projeto de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), obriga hospitais e maternidades a realizarem o exame de forma gratuita.

O teste da orelhinha consiste na avaliação da audição em recém-nascidos e permite o diagnóstico precoce de perda auditiva. O exame é indolor, com a colocação de um pequeno fone na parte externa do ouvido, com duração média de 3 a 5 minutos.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 20h serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Acordo Brasil-Suíça

14h Na pauta da sessão deliberativa, Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 184/11, que aprova acordo entre o governo brasileiro e o suíço sobre exercício de atividade remunerada por familiar de membro de missão diplomática.

Presidência Teste da orelhinha

10h O presidente do Senado, José Sarney, participa do lançamento nacional da campanha "Teste da orelhinha: rápido, não dói e gratuito" em favor do teste da orelhinha, por iniciativa da Presidência do Senado. Às 12h, recebe o coordenador do Partido Voluntad Popular da Venezuela, Leopoldo López, e, às 16h, preside a ordem do dia.

CMO Plano plurianual

9h/16h A Comissão Mista de Orçamento realiza seminários em Porto Velho e em Rio Branco para discutir o projeto orçamentário de 2012 e o Plano Plurianual 2012-2015.

CI Automóveis

9h Projeto que obriga o fabricante de automóvel a inserir no manual a relação com denominação, marca e código de referência das principais peças que o compõem consta da pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

CCJ Ações rescisórias

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realiza audiência pública para instruir o exame da proposta de emenda à Constituição que transforma os recursos extraordinários em ações rescisórias. Participam ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

CRE Embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina indicações para embaixadas nos Emirados Árabes e no Suriname, além de acordos internacionais.

CPI do Ecad Compositores

10h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad, que investiga irregularidades na distribuição dos recursos do direito autoral, realiza audiência pública para ouvir, entre outros participantes, o superintendente da União Brasileira de Compositores, José Antonio Perdomo.

Drogas Políticas estrangeiras

11h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros promove audiência pública para discutir o relatório da Comissão Externa da Câmara que avalia *in loco* os efeitos das políticas sobre drogas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Secretárias estaduais pedem atenção às vítimas de violência

Secretárias estaduais de Políticas para as Mulheres reuniram-se com o presidente do Senado, José Sarney, para pedir maior atenção do Congresso Nacional para com as mulheres vítimas de violência doméstica. Elas reivindicam a ampliação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres e mais recursos orçamentários para os estados efetivarem a política.

A secretária Catharina Bacelar, do estado do Maranhão, disse que o motivo do encontro foi pedir apoio para a revisão do valor destinado pelo Orçamento federal às ações do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

— O orçamento que está sendo elaborado mantém os mesmos R\$ 37 milhões aplicados no ano anterior. Nós pedimos que o valor seja revisto para

pelo menos R\$ 54 milhões para o Orçamento de 2012 — disse.

Para a cearense Maria da Penha Maia Fernandes — que denomina a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha —, “a violência doméstica não escolhe classe social”. Ela defendeu também a necessidade de garantir um futuro sem violência para as novas gerações.

Sarney lembrou que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado durante o seu governo como presidente da República. Ele informou que as solicitações serão repassadas ao presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Também presente ao encontro, o senador Pedro Taques (PDT-MT) reiterou seu apoio ao pedido de revisão do Orçamento.



José Sarney recebe secretárias de Políticas para as Mulheres de vários estados

João Vicente Claudino analisa resultado do Enem

Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) levam ao diagnóstico de “abandono, do pouco caso com a educação, da irresponsabilidade de gestores públicos”, na avaliação do senador João Vicente Claudino (PTB-PI). Ele citou o caso do Piauí, que figurou com cinco escolas entre as cem melhores em 2010, todas particulares. Por outro lado, o estado também apresentou as piores escolas entre as públicas. Entre as dez melhores, somente uma é pública, evidenciando o enorme abismo entre escolas públicas e particulares.

Paim: Outubro Rosa contra o câncer de mama

Paulo Paim (PT-RS) assinalou que recebeu convite da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) para o lançamento da campanha Outubro Rosa. O evento ocorreu ontem, quando a fachada do Congresso Nacional foi iluminada na cor rosa, assim como vários monumentos no país, para marcar o início da campanha. O Outubro Rosa é uma campanha mundial de conscientização sobre o câncer de mama e um chamado para as mulheres buscarem a prevenção da doença.

Valor passa de R\$ 1.916 para R\$ 2.384, valendo desde junho e com possibilidade de revisão anual. Licenças paternidade e maternidade também estão garantidas

Plenário aprova reajuste de bolsa para médico-residente

EM VOTAÇÃO SIMBÓLICA, o Plenário aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/11, que reajusta a bolsa paga a médicos-residentes, de R\$ 1.916 para R\$ 2.384 mensais. A matéria também garante direito às licenças paternidade e maternidade, além de condições adequadas para repouso e higiene pessoal, alimentação e moradia.

O reajuste de 24,4%, com possibilidade de revisão anual, vale desde junho deste ano e resultou das negociações para o encerramento de paralisação da categoria.

Todos os senadores que se pronunciaram foram favoráveis ao mérito da proposta, mas os opositoristas opinaram contrariamente à admissibilidade, por considerarem que a matéria já teria sido rejeitada pelo Senado este ano, na forma da Medida Provisória (MP) 521/10, que caiu por decurso de prazo. O artigo 62 da Constituição veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Na análise de admissibilidade e constitucionalidade, parlamentares de oposição solicitaram verificação de quórum. A votação nominal resultou em 45 votos a favor e 13 contrários.



Jucá rejeitou argumentos contrários apresentados por Agripino e Demóstenes

O mérito foi aprovado por voto simbólico porque não havia transcorrido o intervalo mínimo de uma hora para que a oposição pedisse nova verificação.

Segurança jurídica

O PLV é resultado das modificações efetuadas pela Câmara dos Deputados na MP 536/11. A principal delas foi apresentada pela relatora naquela Casa, deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que instituiu regras para cobrança de anuidade pelos conselhos profissionais. A relatora quis dar mais segurança jurídica à questão, uma vez que a Lei 11.000/04, que trata desse assunto, está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF).

O texto, agora aprovado pelo Senado, determina que

as anuidades serão limitadas a R\$ 500 para profissionais de nível superior e a R\$ 250 para os de nível técnico. No caso de pessoas jurídicas, há sete faixas de enquadramento, seguindo o valor máximo segundo o capital social, que pode ser de R\$ 500 (capital social de até R\$ 50 mil) a R\$ 4 mil (acima de R\$ 10 milhões). O PLV vai agora à sanção presidencial.

Diante da ausência em Plenário de Wilson Santiago (PMDB-PB) — relator revisor da matéria —, o presidente José Sarney nomeou relator substituto (*ad hoc*) o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Sobre o argumento de que a matéria repetia MP já rejeitada em Plenário, Jucá afirmou que se tratava de um texto diferente do anterior.

Governistas e oposição confrontam argumentos

Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que a MP e o PLV possuem a mesma essência e chamou de “contrabando legislativo” a inclusão no projeto da cobrança de anuidade pelos conselhos profissionais, feita pela Câmara. Também protestaram os líderes do PSDB, Alvaro Dias (PR), e do DEM, José Agripino (RN). Aécio Neves (PSDB-MG) lembrou que a proposta que muda a tramitação das MPs quer evitar “desvios” como os que, segundo ele, são apresentados pelo PLV.

Humberto Costa (PT-PE) argumentou que a MP 521 foi editada

da pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e encaminhada ao Congresso na legislatura anterior, não havendo, portanto, problema de repetição.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que o “contrabando legislativo” invade a prerrogativa do presidente da República de decidir o que é urgente e relevante, condições de uma MP. Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que seu projeto (PLS 310/11) para reajustar bolsas de residentes “está há quatro meses na gaveta da relatora, Marta Suplicy (PT-SP)”.

Paulo Davim (PV-RN) afirmou que é o médico-residente “quem carrega os hospitais públicos e filantrópicos nas costas”, e Inácio Arruda (PCdoB-CE) reforçou o argumento de que não há repetição de matérias.

Também opinaram contra a admissibilidade Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Foram favoráveis Marcelo Crivella (PRB-RJ), Lindbergh Farias (PT-RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Mário Couto (PSDB-PA) mostrou preocupação com a criação de bolsas.

Agentes comunitários de saúde querem inclusão de piso salarial no Orçamento 2012

Representantes dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias devem se reunir com o relator-geral do Orçamento da União para 2012, deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), e com o relator do plano plurianual (PPA), senador Walter Pinheiro (PT-BA), para garantir piso salarial para a categoria. A sugestão foi apresentada por Walter Pinheiro em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre a situação desses profissionais.

Na avaliação do senador, se não houver uma rubrica orçamentária para garantir o pagamento dos salários dos agentes de saúde e de combate às endemias, a aprovação do

piso salarial da categoria será comprometida.

A proposta que cria o piso salarial nacional para esses agentes (PLS 270/06), do então senador Rodolpho Tourinho, foi aprovada na terça-feira pela comissão especial criada na Câmara

dos Deputados para analisar o assunto. O texto aprovado fixa o piso em R\$ 750 mensais e, a partir de 1º de agosto de 2012, em R\$ 866,89. Agora, a matéria será examinada no Plenário daquela Casa.

Apesar de considerar justa a

reivindicação da categoria, a representante do Ministério da Saúde, Eliana Mendonça, disse temer que não haja recursos para custeá-lo e defende que o valor seja repartido com estados e municípios. Os auxiliares de enfermagem também reivindi-

cam pisos salariais, lembrou, e o custeio do salário dos agentes, nos moldes da proposta aprovada, representará um aumento de R\$ 5,4 bilhões no orçamento do ministério, até 2015.

O coordenador executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), Fernando Cândido, ressaltou que a atividade dos agentes de saúde e de combate às endemias é importante para melhorar os indicadores sociais do Brasil.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que requereu o debate, destacou a contribuição dos agentes comunitários para a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).



Walter Pinheiro (C), relator do plano plurianual, salienta que, sem previsão orçamentária, piso salarial ficará comprometido



Liderados pelo deputado Darcísio Perondi, integrantes da Frente Parlamentar da Saúde entregam flores ao presidente do Senado, José Sarney, pelos 23 anos da Constituição

Frente cobra mais recursos para a saúde

Durante a sessão plenária de ontem, o presidente José Sarney foi presenteado com um buquê de flores. O arranjo foi oferecido pelo presidente da Frente Parlamentar Mista da Saúde, deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS), para marcar a passagem dos 23 anos da Constituição de 1988, promulgada quando Sarney era presidente da República.

O deputado disse que as flores também tinham o objetivo de sensibilizar o Senado e o governo sobre temas relacionados à saúde. Darcísio Perondi pediu urgência na regulamentação da Emenda 29. O projeto que regulamenta a emenda foi aprovado pela Câmara dos Deputados no mês passado e voltou para análise do Senado. Pelo texto da Câmara, a União deve gastar com saúde tudo o que foi empenhado no ano anterior, mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB).

Darcísio Perondi solicitou que seja restabelecido o texto original do Senado, aprovado há três anos, que obriga a União a gastar o equivalente a 10% de suas receitas brutas com saúde. De acordo com o deputado, a medida representaria R\$ 31 bilhões a mais no orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Demóstenes Torres (DEM-GO) apoiou a iniciativa, classificou a entrega das flores como um gesto bonito e pediu a Sarney rapidez no exame da matéria.

– O Brasil precisa muito de recursos para a saúde pública – disse o senador.

No 23º aniversário da Constituição, Senado reconhece avanços sociais e políticos

Carta Magna foi promulgada em 1988, inaugurando o atual período de democracia e garantindo à população brasileira direitos básicos, como saúde universal e gratuita

OS SENADORES COMEMORARAM ontem, no Plenário, os 23 anos da Constituição brasileira.

A Carta Magna foi promulgada em 1988, inaugurando o mais duradouro período de democracia do Brasil desde 1946 e garantindo a milhões de brasileiros direitos básicos de cidadania, ficando conhecida como Constituição Cidadã.

O presidente do Senado, José Sarney, lembrou que suas mãos tremeram ao ser a primeira pessoa a jurar a Constituição. Ele era o presidente da República na época.

– Esta Constituição tem dois capítulos extraordinários: o dos direitos civis e o dos direitos sociais. Através deles, a Constituição implantou no Brasil uma sociedade democrática, que possibilitou, em cem anos de República, termos na Presidência um operário e uma mulher, independentemente de seus nomes – disse Sarney.

Autor do requerimento da homenagem à Constituição, Randolfe

Rodrigues (PSOL-AP) classificou a Carta como a “mais democrática das legislações brasileiras”. Ele lembrou a apresentação, durante a Constituinte, de 61.020 emendas, das quais 122 de iniciativa popular.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), destacou que a Constituição de 1988 tem grande preocupação social. Para ele, não é preciso elaborar uma nova Carta, mas somar esforços para que a atual seja cumprida.

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu moderação na apresentação de propostas de emenda constitucional (PECs). Na mesma linha, Pedro Taques (PDT-MT) alertou para os riscos de que, “de tão emendada”, a atual Constituição acabe sendo desfigurada.

– Alguns falam em uma nova Constituição. Não precisamos, porque a nossa já diz que devemos construir uma sociedade livre, justa e solidária. Vamos zelar por ela, antes que apaguem tudo o que se conseguiu – afirmou o senador.

Senadores comemoram 23 anos de Amapá, Roraima e Tocantins

A homenagem ontem aos 23 anos de promulgação da Constituição de 1988 serviu também para comemorar os 23 anos de três estados brasileiros: Tocantins, criado a partir da divisão do estado de Goiás; e Amapá e Roraima, territórios criados em 1943 e em 1962 que mudaram de *status* com a Constituição. Para os senadores, a emancipação representou o crescimento dessas regiões e também permitiu sua participação nas decisões políticas, o que ajudou a dar maior equilíbrio federativo ao país.

– Como território federal, as pessoas que lá viviam não eram consultadas para nada. Os governadores eram nomeados à revelia, com honrosas exceções – lembrou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Ele defendeu a divisão de estados “gigantescos”, alegando que,

nesses locais, o poder público acaba vivendo distante do cidadão. A mesma opinião manifestou Geovani Borges (PMDB-AP), ressaltando que o Amapá é a unidade da Federação com o menor índice de desmatamento e o maior percentual de conservação ambiental.

Para Wilson Santiago (PMDB-PB), a criação dos estados foi importante porque os habitantes já se sentiam “tocantinenses, amapaenses e roraimenses, singulares e diferentes”. Vicentinho Alves (PR-TO) registrou que o atual governador do Tocantins, Siqueira Campos, foi o primeiro a assumir o cargo, em 1989, e chegou a fazer greve de fome no Plenário da Constituinte em defesa da criação do estado. João Ribeiro (PR-TO) também ressaltou a importância de Siqueira Campos para a criação do estado.

MP com recursos para prevenir calamidades volta à Câmara

O Plenário aprovou ontem, com alterações, projeto derivado da Medida Provisória (MP) 537/11, que concede crédito extraordinário de R\$ 50 milhões ao Ministério da Defesa e R\$ 450 milhões ao da Integração Nacional. Os recursos são destinados a programas de prevenção e reconstrução em situações de emergência e calamidade pública.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados devido ao remanejamento de recursos proposto por emenda do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO). Com o argumento de que as ações de defesa civil já foram contempladas pela matéria, o parecer aprovado remanejou R\$ 50 milhões destinados a essas ações para iniciativas que previnam desastres.

Comissão aprova verba extra para plebiscito no Pará

A Comissão Mista de Orçamentos (CMO) aprovou ontem dois projetos que destinam, ao todo, R\$ 10,4 milhões em crédito suplementar para a realização do plebiscito no Pará, em dezembro, sobre a criação dos estados de Carajás e Tapajós.

Os projetos agora irão para o Plenário do Congresso Nacional.

O PLN 22/11 envia R\$ 8 milhões à Justiça Eleitoral para cobrir as despesas do Tribunal Regional Eleitoral do Pará com a realização do plebiscito. O PLN 25/11, por sua vez, destina mais R\$ 2,4 milhões, para despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes da consulta popular.

A determinação para a realização do plebiscito foi dada pelo Congresso Nacional por meio dos decretos legislativos 136/11 (Carajás) e 137/11 (Tapajós).

Anibal anuncia seminário da CMO em Rio Branco

Seminário sobre o Orçamento de 2012 e o Plano Plurianual (PPA) 2012–2015 será realizado hoje em Rio Branco, informou Anibal Diniz (PT-AC). O evento contará com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Vital do Rêgo (PMDB-PB), o relator do PPA, Walter Pinheiro (PT-BA), e o do projeto orçamentário de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Também participarão do encontro o governador do Acre, Tião Viana, e prefeitos da região.

Plenário autoriza empréstimos internacionais

O Plenário do Senado aprovou ontem quatro operações internacionais de empréstimo para o Brasil.

Três delas, no valor total de US\$ 332,33 milhões, envolvem recursos do Banco Mundial – para o Programa de Desenvolvimento do Setor Água (do governo federal), para o Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (da Caixa Econômica Federal) e para o Programa Rodoviário do Espírito Santo (do governo estadual).

A outra operação, de 100 milhões de euros, envolve recursos do KfW, o banco alemão de desenvolvimento – para o Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba (da Companhia de Saneamento de Minas Gerais).



Para o senador, encontro contribui para a definição de investimentos

De acordo com Anibal, o debate contribuirá para a definição dos investimentos que o governo federal deverá prever para o Acre. Os seminários regionais foram sugeridos por Walter Pinheiro e Arlindo Chinaglia.

Aplicativo permite leitura do Jornal do Senado no iPhone

O **Jornal do Senado** agora pode ser lido diariamente, em PDF, no iPhone. Essa é uma das inovações da versão do aplicativo do Senado para o iPhone lançada ontem. O aplicativo também funciona no iPad.

O Senado oferece também aplicativos para Android e BlackBerry.

A nova versão para iPhone tem outros avanços. Permite acompanhar a pauta e os resultados das votações do Plenário

e traz a cobertura diária das atividades do Senado realizada pela Agência Senado e informações sobre os 81 senadores, além da revista *Em discussão!*.

O aplicativo para o iPhone – gratuito e chamado Senado BR – é uma iniciativa da Secretaria Especial de Comunicação Social, realizada sem custos para a Casa pela Agência Senado, com colaboração da Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

Matéria já tinha sido votada na CCJ, mas foi reexaminada por causa de outra proposta sobre o assunto. Federação de partidos foi rejeitada



Simon, Crivella e Mozarildo participam das discussões sobre as mudanças

Acaba 1º turno de discussão de propostas da reforma política

O Senado encerrou ontem o primeiro turno de discussão de três das mais importantes propostas da reforma política. Por terem recebido emendas em Plenário, retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) as propostas 37/11, que reduz de dois para um o número de suplentes de senador, e 38/11, que muda as datas de posse de prefeitos, governadores e presidente.

Romero Jucá (PMDB-RR) e Wilson Santiago (PMDB-PB) apresentaram emendas à PEC 37/11. Jucá defende que, se a vacância do cargo de senador decorrer de homicídio, o suplente seja convocado para o restante do mandato. Seria uma prevenção contra a possibilidade de um adversário tramar a morte do eleito, na presunção de que seria o mais forte em nova eleição.

Santiago propõe que cada senador tenha suplentes definidos pelo número de votos. Ele alega que assim o povo verá assumir o cargo alguém que também recebeu votos e não um completo desconhecido.

A emenda à PEC 38/11 é de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Seu texto diz que “os mandatos dos deputados estaduais e distritais eleitos em 2014 encerrar-se-ão no dia 31 de janeiro de 2019”. Aloysio alega que governadores tomam posse em 1º de janeiro, enquanto deputados estaduais chegam a tomar posse até no dia 15 de março. Com isso, os governantes estaduais ficam mais de dois meses governando com uma assembleia que não mais representa o eleitorado.

– Propomos a posse dos deputados estaduais 20 dias após a posse dos governadores.

Mudanças provocam forte debate entre os senadores

No encerramento do primeiro turno de discussão sobre a reforma política, falaram Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Pedro Simon (PMDB-RS), Francisco Dornelles (PP-RJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Anibal Diniz (PT-AC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Pedro Taques (PDT-MT) e Wellington Dias (PT-PI).

Taques disse que as coligações partidárias “não têm dado bons exemplos de princípios republicanos no Brasil”. Dornelles falou da importância de o Senado dar uma resposta sobre a reforma política à sociedade. Vanessa afirmou que

se deve mudar a tradicional prática brasileira de o eleitor votar no candidato e não nas ideias defendidas pelo partido.

Simon defendeu o voto distrital e Eunício informou que a CCJ havia aprovado a proibição de coligações partidárias em eleições proporcionais. Suplicy considerou positiva a redução de suplentes e Anibal Diniz mostrou-se a favor da manutenção da reeleição. Valadares apontou virtudes e defeitos na coligação, enquanto Wellington Dias afirmou que o PT se solidariza com as preocupações de Valadares, que são as mesmas de vários partidos com representação no Congresso.

Comissão veta coligações para eleições proporcionais

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reiterou ontem sua decisão de acabar com as coligações partidárias nas eleições para deputado e vereador (PEC 40/11). A proposta foi sugerida pela Comissão de Reforma Política. O texto já havia sido aprovado em junho na CCJ e aguardava análise do Plenário, mas voltou a ser examinado no colegiado pelo requerimento para que tramitasse em conjunto com a PEC 29/07, sobre o mesmo tema.

Pela PEC 40/11, são admitidas coligações apenas nas eleições majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador). É mantida a determinação constitucional que assegura autonomia dos partidos para estruturação e organização interna, prevendo em seus estatutos normas de fidelidade e organização partidárias. Também é mantida

a não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), recomendou a aprovação, tal como a CCJ decidira em junho, e a prejudicialidade da PEC 29/07. Para os senadores favoráveis à PEC, o fim das coligações nas eleições proporcionais acabará com as associações com fim meramente eleitoral.

– O fim das coligações proporcionais fortalece os partidos. Acaba o comodismo de apenas um candidato a vereador, deputado estadual ou federal se encostar em uma coligação para se eleger – afirmou o relator, para quem a proposta não prejudica os pequenos partidos.

Voto em separado

Inácio Arruda (PCdoB-CE)



Senador Aloysio Nunes (E) e o presidente da comissão, Eunício Oliveira

Adiada “Lei da Ficha Limpa” para servidor público

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que exige ficha limpa para a investidura em cargos públicos foi retirada da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Não houve consenso entre os senadores em relação aos critérios a serem estabelecidos pela lei.

Inspirada na Lei da Ficha Limpa, a PEC 30/10, do então senador Roberto Cavalcanti, impede de assumir cargos públicos, efetivos ou comissionados, candidatos que tiverem sido condenados

criminalmente, mesmo que o processo ainda esteja pendente de recurso.

Ao anunciar seu voto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a proposta não especifica os tipos de crime que impediriam alguém de assumir o cargo.

– Seria necessária, talvez, uma restrição, digamos, aos crimes hediondos. A lei a ser editada posteriormente à aprovação dessa emenda poderia ser tão ampla que qualquer crime seria impeditivo – afirmou.

e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), contrários ao fim das coligações, apresentaram, respectivamente, voto em separado pelo arquivamento da matéria e emenda ao projeto. Para Inácio Arruda, a PEC atenta contra o princípio constitucional do pluripartidarismo político. O senador questionou o fato de aquilo que chamou de puritanismo ideológico não ser aplicado nas eleições majoritárias.

– Nós estamos trabalhando aqui para impedir, para proibir, e esse sentido não é avançado, é conservador, é reacionário, não ajuda o processo de consolidação político-partidária – criticou.

Os senadores rejeitaram o voto em separado de Inácio Arruda e a emenda de Valadares. A emenda previa a criação de federações de partidos, associação que exigiria fidelidade partidária, ao contrário do que ocorre com as coligações, que acabam desfeitas após as eleições.

Ao defender a emenda, Valadares afirmou que a PEC não passará na Câmara dos Deputados e que a federação de partidos seria uma alternativa aceita pela outra Casa.

– Para que não haja reforma política é só votar contra a federação de partidos, porque lá [na Câmara] vai ser derrubado o que o Senado fizer ao extinguir a coligação e não apresentar uma fórmula para abrigar os partidos políticos com a mesma configuração programática – alertou o parlamentar.

Comissão aprova apoio a iraniano preso por tornar-se cristão

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado aprovou ontem uma moção de apoio ao pastor iraniano Youcef Nadarkhani, que está preso em seu país e corre o risco de ser condenado à morte por ter se convertido ao cristianismo.

O autor do requerimento da moção de apoio, Paulo Paim (PT-RS), explica que um tribunal iraniano determinou a Nadarkhani que renunciasse ao cristianismo e passasse a professar o islamismo,

religião de seus antepassados. Como ele se nega a fazê-lo, continua preso e pode ser condenado à morte, conforme determina a lei islâmica.

– Para a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, é inaceitável e inacreditável que ainda nos dias de hoje, no século 21, digam que alguém morrerá se não negar a sua fé; que será assassinado ou terá prisão perpétua se não negar a sua fé – afirma Paim, que é presidente do colegiado.

Senadores acompanharão investigações no Rio

A comissão temporária para acompanhar as ações da Política Nacional de Segurança Pública realizará diligência para acompanhar as investigações do assassinato da juíza Patrícia Acioli, ocorrido em agosto, em Niterói (RJ).

– A ideia da comissão é saber o que foi feito após esse infeliz acontecimento – disse o relator, Pedro Taques (PDT-MT).

A comissão decidiu ainda convidar o vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa, Fabio Ferreira. O presidente do colegiado, Eduardo Braga (PMDB-AM), propôs dis-

cutir a destinação dos recursos arrecadados com os jogos das loterias, como a Mega-Sena, para a segurança pública.

Por sugestão de Jayme Campos (DEM-MT), serão convidados a debater a violência e o narco-

tráfico nas fronteiras o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Coimbra, a diretora da Polícia Rodoviária Federal, Maria Alice Nascimento, e o secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, Wantuir Jacini.



Jayme Campos e Pedro Taques querem ver providências após assassinato de juíza

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais garante à atividade os mesmos direitos concedidos às mães sociais, que cuidam de menores em risco

Reconhecimento dos "pais sociais" passa em comissão

A ATIVIDADE DE pai social poderá ser reconhecida em lei, assegurando a quem exercer essa função os direitos trabalhistas e previdenciários concedidos às "mães sociais", que cuidam de crianças e adolescentes em situação de abandono ou de risco em casas-lares mantidas por instituições. A medida é prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 98/09) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), foi aprovado na forma do substitutivo proposto pelo relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), e terá que passar por turno suplementar de votação. Se confirmado o resultado, retornará à Câmara para exame das alterações.

A proposta modifica a atual legislação que regulamenta a atividade de mãe social (Lei 7.644/87). Os requisitos para inserção no trabalho são mantidos sem alteração, incluindo idade mínima de 25 anos e aprovação em treinamento específico.

Aos pais sociais se aplicam a mesma exigência de dedicação exclusiva aos cuidados com as crianças e adolescentes e à casalar, onde deverão residir. Seus direitos incluem, entre outros, piso de um salário mínimo, 13º salário, férias anuais remuneradas, licença-paternidade e aposentadoria.

Benefícios para aposentado no retorno ao trabalho

O aposentado que voltar ao trabalho em atividade sob o Regime Geral da Previdência Social poderá desfrutar de benefícios que deixou de receber em razão de ter chegado à aposentadoria. De acordo com projeto (PLS 72/11) aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a pessoa passa a ter direito ao auxílio-doença e ao auxílio-acidente. Apresentada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a proposta equipara as garantias do aposentado que se encontrar nas duas situações às que são asseguradas aos demais trabalhadores.



João Vicente Claudino, Marta Suplicy e Ana Rita (D) em reunião da CAS

Aposentado por invalidez poderá voltar a trabalhar

O aposentado por invalidez poderá pedir suspensão da aposentadoria para retornar voluntariamente à atividade profissional. Projeto de lei com essa finalidade, apresentado pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 56/09) recebeu decisão terminativa e deve seguir diretamente para a Câmara, se não houver recurso para exame pelo Plenário.

A intenção do autor é favorecer a reintegração dessas pessoas à vida social por meio do trabalho. O estímulo se daria em razão de não se exigir a desistência da aposentado-

ria, mas apenas a suspensão do benefício, a pedido do interessado.

O retorno à condição de aposentado, no entanto, depende de confirmação da condição de incapacitado, definida por perícia da Previdência Social. Apesar de ressalvas em relação a eventuais problemas que esse requisito poderia trazer para o aposentado, o projeto mereceu muitos elogios, como o de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

– Esse é o tipo de projeto inteligente, já que todos ganham: ganha o segurado, que consegue superar sua deficiência a partir de nova qualificação; e ganha a Previdência, que será desonerada de custos.

Dona de casa pode ter mais direitos previdenciários

A CAS aprovou a consolidação de três proposições que tramitavam em conjunto, relativas ao sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico. Apesar da recente sanção de lei que trata do tema, proveniente da Medida Provisória 529/11, o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), considerou que muitos aspectos ficaram de fora. Ele inclui, por exemplo, prazos de carência mais reduzidos e o direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

Projeto elimina controvérsia sobre súmula do TST

O projeto (PLS 163/10) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que pode eliminar controvérsias jurídicas em torno do pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade foi aprovado pela CAS. O texto final é do relator, Sérgio Petecão (PMN-AC).

O projeto estende a aplicação da Súmula 293 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que trata apenas do adicional de insalubridade, aos pedidos de pagamento do adicional de periculosidade. Há controvérsia quanto à aplicação da súmula, por analogia, aos casos relativos ao adicional de periculosidade.

Isenção de IPI para taxistas e pessoas com deficiência até 2020

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis por pessoas com deficiência e por profissionais ou cooperativas que os utilizem para transporte autônomo de passageiros, como taxistas, poderá ser estendida até 31 de julho de 2020. A ampliação do prazo atual, que se extingue em 31 de dezembro de 2014, consta de projeto (PLS 201/10) de Paulo Paim (PT-RS), aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) dará decisão terminativa sobre a proposta.

Segundo Paim, a ampliação do prazo ajudará a atender ao grande fluxo de turistas que visitarão o Brasil nos eventos esportivos de 2016. O relator, Vicentinho Alves (PR-TO), observou que a isenção do IPI até o final da década reforçará a oferta de transporte de passageiros e fortalecerá o turismo.

A CDH aprovou também o PLS 390/11, da senadora Ana Amélia (PP-RS), que modifica o Código de Processo Civil para garantir prioridade na tramitação de processo referente à guarda ou adoção de criança ou adolescente órfão, abando-

nado ou abrigado. Igualmente da senadora Ana Amélia, o PLS 406/11 garante às mulheres com deficiência condições e equipamentos adequados à prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres de colo uterino e de mama.

Outro projeto (PLC 134/09) aprovado instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), com medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem atos infracionais.

Audiências

A CDH decidiu ainda que debaterá em audiências públicas os seguintes assuntos: os efeitos e consequências do programa de demissão voluntária de funcionários do Banco do Brasil; o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes; a criação da Comissão Nacional da Verdade, com a participação de familiares de vítimas de violência durante o regime militar; a participação de negros e pobres no programa Ciência sem Fronteira, que concede bolsas de graduação e pós-graduação no exterior; e a greve de professores do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia.

O relator, Vicentinho Alves, acredita que a isenção aumentará a frota de táxis e fortalecerá o turismo



Comerciários pedem regulamentação da profissão

O vice-presidente administrativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Josias Silva, e o 1º vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Levi Fernandes Pinto, se reuniram ontem com o presidente do Senado, José Sarney. Eles pediram agilidade no exame do PLS 115/07,

de Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta a profissão de comerciário.

– Esse projeto que está tramitando foi alvo de diversas reuniões e audiências públicas para encontrar um consenso entre a categoria. Eu estou aqui representando a CNC e vim trazer ao presidente Sarney o resultado desses encontros – explicou Josias Silva.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mozarildo Cavalcanti • Pedro Taques • João Ribeiro • Wilson Santiago • Magno Malta • Geovani Borges • Paulo Paim • Lídice da Mata

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Cafeicultores de Minas Gerais alertam sobre particularidades

Para os cafeicultores estabelecidos no sul de Minas Gerais, na maioria donos de pequenas propriedades em área de montanha, o ideal seria que o Senado aprovasse o relatório da Câmara dos Deputados sobre o projeto de novo Código Florestal. Eles também pediram agilidade, apontando a atual insegurança jurídica.

A reivindicação foi apresentada ontem durante audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Compareceram o presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas, Francisco Miranda de Figueiredo Filho; o vice-presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo; o presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Breno Pereira de Mesquita; e o secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone.

Também participaram Blairo

Maggi (PR-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS), Clésio Andrade (PR-MG) e Jorge Viana (PT-AC), que é relator da proposta na CMA.

Os cafeicultores alertaram para os problemas que as exigências do projeto poderão causar se não forem observadas algumas características dessa cultura no sul de Minas Gerais e em outros estados que também plantam café em encostas de montanhas. Francisco Miranda disse que a maioria dos produtores poderá ficar sem nada, pois suas propriedades são pequenas, de até quatro módulos fiscais. Os cafeicultores observaram que não estão pedindo para aumentar o desmatamento, mas para ficar onde já estão, sob pena de inviabilizar o trabalho.

Jorge Viana salientou que o ambiente no Senado "é de ouvir, de consultar, de considerar e de tratar as questões distintas de maneira diferente". Ele informou que já propôs mudanças na estrutura do texto do substitutivo aprovado pela Câmara para que a questão não vá parar na Justiça.



Gerd Sparovek (E), Maria Christina Gueorguiev, senador Eduardo Braga e Celso Vainer Manzatto: meta de recuperação

Incentivos à recomposição de florestas são consenso

Presidentes de comissões e relatores do projeto de Código Florestal acreditam que há um convencimento de que a lei deverá prever pagamento por serviços ambientais

A PROPOSTA DE reforma do Código Florestal (PLC 30/11) deve ser modificada para incluir instrumentos de pagamento por serviços ambientais para incentivar a recomposição e a manutenção de áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal, na opinião dos senadores que participaram de debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Há um novo momento, um convencimento dos formadores de opinião sobre o Código Florestal no Senado de que incentivos econômicos e financeiros são a forma de se avançar num futuro inteligente em relação ao agronegócio e ao meio ambiente – disse Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT.

Luiz Henrique (PMDB-SC), relator do projeto na CCT e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), apontou avanços na discussão do tema no Senado.

Estamos mudando o enfoque, de uma legislação punitiva para uma legislação que incentiva a recuperação e manutenção de vegetação nativa – resumiu.

A opinião é compartilhada pelo relator na Comissão de

Meio Ambiente (CMA), Jorge Viana (PT-AC).

Se quisermos trazer de volta parte dos milhões de hectares que perdemos, precisamos estabelecer uma aliança com os proprietários rurais e remunerar aqueles que prestam serviços ao meio ambiente e ao país, preservando os recursos naturais.

Fontes de recursos

Waldemir Moka (PMDB-MS), por sua vez, cobra a definição das fontes de recursos para implementar a medida.

Qual é o mecanismo econômico? Como vamos colocar no código? Será recurso orçamentário ou vamos envolver o setor privado? – questionou.

Na opinião de Eduardo Braga, deverá haver uma combinação de fontes. Ele citou, por exemplo, a realocação de recursos de fundos constitucionais, lembrando que outros incentivos podem ser previstos na nova lei. Entre eles, como também enfatizou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), está a redução de juros ou o alongamento de prazo do crédito rural para produtores que usem sistemas de baixo impacto ambiental, conhecidos como agricultura de baixo carbono.

Especialistas apontam modelos passíveis de uso

Maria Christina Gueorguiev, do Escritório Pinheiro Neto Advogados, destacou a desoneração de encargos ligados à regularização ambiental como forma de incentivo. A possibilidade de se "premiar" agricultores que buscam a regularização de suas áreas recebeu o apoio de Walter Pinheiro (PT-BA), que elogiou proposta de Gerd Sparovek, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de recomposição de áreas ocupadas irregularmente com pastagem por meio de regeneração natural da vegetação. Para aumentar a produtividade da pecuária, o pesquisador sugere a técnica de manejo rotacionado de pastos.

O chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, Celso Manzatto, propôs o modelo agrícola de baixo carbono, com sistemas de baixa emissão de gases de efeito estufa, como o plantio direto e a integração lavoura-pecuária-floresta.

Relator prevê votação no Plenário em novembro

Luiz Henrique espera que o PLC 30/11 esteja pronto para votação em Plenário até meados de novembro. Além da CCT e da CRA, a matéria também será votada na Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde é relatada por Jorge Viana.

O presidente da CCT, Eduardo Braga, informou que deverá se reunir ainda esta semana

com relatores e os presidentes da CRA e CMA para traçar um cronograma de votação nas três comissões.

O relator na CCT ressaltou que trabalha para incluir, além de medidas de comando e controle, políticas de incentivo à recuperação e a manutenção do acervo florestal. Ele também informou que concluiu

modificação na estrutura do projeto, separando as disposições transitórias – que tratam de normas de recuperação do passivo ambiental e de regularização de áreas desmatadas – das disposições permanentes. Como o texto deverá retornar à Câmara, Luiz Henrique quer elaborar um substitutivo que não venha a ser derrubado pelos deputados.



Na audiência, Rodrigo Rollemberg (E), Clésio Andrade e deputado Diego Andrade

Comissão define trabalhos sobre mudanças climáticas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) aprovou ontem o seu plano de trabalho para o restante deste ano. Entre as atividades do colegiado criado em 2007 e presidido por Sérgio Souza (PMDB-PR), estão previstas audiências públicas e diligências a estados.

Entre as audiências, haverá reuniões para ouvir especialistas da comunidade científica sobre o aquecimento global, como ele vem sendo tratado no Brasil e possíveis propostas de solução. Serão convidados representantes do governo federal para fornecer informações

sobre o grau de coordenação das ações do governo.

Com relação às diligências, representantes da comissão deverão visitar alguns estados para investigar problemas e soluções regionais: Acre, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Antes da aprovação do plano de trabalho, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) considerou necessário incluir entre os objetivos a proposição de recomendações a órgãos da administração pública para aumentar a eficácia das medidas de combate às mudanças climáticas.

Raupp destaca importância da Agência Nacional de Águas

Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou a Agência Nacional de Águas (ANA) por seu trabalho de diagnóstico dos recursos hídricos no Brasil. O senador destacou o lançamento do Relatório de Conjuntura – informe 2011, que reúne informações coletadas na própria ANA e em órgãos federais e estaduais, e



Pedro Franco/Senado Federal

comemorou os avanços do país no setor.

Raupp informou que os campos Rio do Urucu e Leste do Urucu, na bacia do Solimões, estão se destacando na produção de gás natural desde o início da operação do gasoduto Coari-Manaus e lamentou o atraso na construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.

Aprovadas novas regras para o turismo rural

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto destinado a regulamentar o turismo rural. Um dos resultados previstos é o produtor rural poder receber visitantes por meio de agências de turismo, com a emissão de documentos fiscais pela prestação dos serviços.

O PLC 19/11, do então deputado Silvío Torres, insere

o turismo rural na legislação relativa ao Imposto de Renda sobre atividades no campo (Lei 8.023/90) e ao trabalho rural (Lei 5.889/73).

O projeto também discrimina as atividades compreendidas pelo turismo rural, como a administração de hospedagem, o fornecimento de alimentação em restaurantes e a as visitas a propriedades rurais.

O relator do projeto, Cícero Lucena (PSDB-PB), sugeriu a aprovação da matéria na forma do substitutivo produzido anteriormente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Agora, a proposta vai a exame nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde receberá decisão terminativa.

Projeto que reajusta em 50% a tabela de receita bruta anual para enquadramento de micro e pequenas empresas no regime simplificado de tributação foi aprovado sem alterações, para ir a sanção presidencial sem ter de voltar à Câmara

NOVA BASE PARA DISCUTIR OS ROYALTIES

A comissão de senadores e deputados que negocia a distribuição dos royalties do petróleo deve debater dia 11 um substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 448/11, de Wellington Dias (PT-PI).

O projeto redistribui entre todos os estados os royalties atualmente pagos aos produtores. O substitutivo vai incorporar contribuições das conversas já em andamento nas duas Casas e, segundo caminho apontado pela comissão, passará a balizar as negociações.

WALTER PINHEIRO QUER PROJETO NA Pauta

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a inclusão imediata na pauta de votações do Senado do projeto (PLS 448/11) do senador Wellington Dias (PT-PI) que regula a distribuição dos royalties do petróleo. Ele disse que não discorda do adiamento para o próximo dia 26 da votação do veto à Emenda Ibsen, mas afirmou que é necessário começar a discussão do projeto.

– Se continuarmos nesta batida de adiarmos, sem pautarmos na Mesa, sem colocarmos na ordem do dia o projeto, esse acordo não chegará nunca.

EUNÍCIO DEFENDE SOLUÇÃO NEGOCIADA

Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu ontem uma solução negociada para a divisão dos royalties. Para ele, tanto o impasse quanto a judicialização são prejudiciais para o país.

Enfatizando que a riqueza gerada pelo petróleo é de todos os brasileiros, Eunício considerou inaceitável a destinação, como ocorre hoje, de 80% dos royalties do petróleo para apenas três estados brasileiros.

Para ele, é justa a proposta de divisão que reduz de 30% para 20% a participação da União, deixando R\$ 8,8 bilhões para os estados não produtores e R\$ 10,8 bilhões para os produtores, valor equivalente ao de 2010.

SARNEY SE DIZ CONTRA "GUERRA FEDERATIVA"

Ao receber ontem uma comitiva de deputados estaduais do Rio Grande do Sul, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que nunca havia visto um tema que despertasse tanta paixão quanto a divisão dos royalties do petróleo, em debate atualmente no Congresso Nacional.

– Em minha longa passagem pelo Parlamento, nunca vi um assunto que apaixonasse tanto a Casa. É um assunto muito importante e que preocupa. Não pode ser tratado de forma partidária ou política porque a Federação transcende todas as nossas divisões. Nosso cuidado tem sido o de evitar uma guerra federativa.



Moacir Mariz/Senado Federal

Senadores destacam importância do projeto para a formalização de empresas

Senado amplia número de empresas que se beneficiam do Supersimples

OS SENADORES APROVARAM ontem por unanimidade, em Plenário, projeto de lei complementar que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (Supersimples), regime diferenciado de tributação que possibilita o pagamento de diversos tributos por meio de alíquota única. Pelo texto, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada, o reajuste deve valer a partir de 1º de janeiro de 2012.

Os parlamentares decidiram aprovar o projeto do governo (PLC 77/11 – Complementar) sem alterações de conteúdo, para que possa ir à sanção presidencial sem precisar voltar à Câmara. Diversas emendas foram rejeitadas pelo relator, José Pimentel (PT-CE), sob o compromisso de acatá-las em outro projeto (PLS 476/11 – Complementar) sobre o mesmo assunto que tramita na Casa.

Com o ajuste de 50% nas tabelas de tributação, a receita bruta anual máxima para que as microempresas possam

optar pelo regime simplificado passará de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil por ano. Para a pequena empresa, a nova faixa de enquadramento irá de R\$ 360 mil até o teto de R\$ 3,6 milhões. O limite para o Empreendedor Individual (EI) vai subir de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anuais.

O projeto também autoriza o parcelamento dos débitos dos optantes do Simples Nacional, com prazo de até 60 meses. A medida se aplica aos tributos federais, municipais e estaduais sujeitos a alíquota única do Simples Nacional.

Pimentel havia explicado na semana passada que o regime simplificado foi aprovado em 2006 sem assegurar o esperado parcelamento dos débitos. Excluídas no regime especial por causa das dívidas, muitas empresas acabam tendo de pagar os tributos pelo lucro presumido e encontram dificuldades para sobreviver.

Subtetos

O texto aprovado nada muda em relação ao enquadramento dos estados no que se refere ao

Novas faixas

Faturamento máximo anual com as novas tabelas de tributação

- ▶ **Empreendedor individual**
R\$ 60 mil
- ▶ **Microempresa**
R\$ 360 mil
- ▶ **Pequena empresa**
R\$ 3,6 milhões

recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela tabela do Simples Nacional. Segundo ele, esse foi um ponto de dúvida e diálogo com senadores nos últimos dias. Vão permanecer, portanto, os subtetos aprovados junto com a Lei Geral.

Para os estados que respondem por até 1% do produto interno bruto (PIB) – ao todo são 11 –, o subteto continua sendo de R\$ 1,2 milhão do faturamento anual. Para aqueles que vão de 1% a 5% do PIB, o valor permanece em R\$ 1,8 milhão.

Entre os pontos que devem ser discutidos quando o debate

do PLS 467/08 ocorrer na Casa, está a reivindicação do movimento das micro e pequenas empresas para o fim da substituição tributária sobre os dois segmentos.

Utilizada com muita regularidade pelos fiscos estaduais, a substituição é adotada para permitir que uma empresa do início de uma cadeia de vendas faça a cobrança e o recolhimento ao estado do imposto devido pelo cliente.

Os senadores comemoraram a aprovação unânime do projeto, destacando que as mudanças permitirão o aumento da formalização da economia. Eles elogiaram o trabalho do relator, José Pimentel.

Segundo o presidente do Senado, José Sarney, Pimentel soube negociar com governadores e secretários da Fazenda, além dos representantes das micro e pequenas empresas.

O relator agradeceu aos colegas pela aprovação justamente no Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, beneficiando mais de 5 milhões de empreendedores.

Incentivo a empresas com 30% de funcionários acima de 55 anos

As empresas que tenham pelo menos 30% dos funcionários com idade superior a 55 anos poderão deduzir do lucro tributável até 25% do montante de salários e encargos pagos aos empregados que sejam inferiores ao teto do valor dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social. Esse limite corresponde hoje a R\$ 3.691,74. Pelo projeto (PLS 461/03) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as deduções não podem ultrapassar 15% do lucro real apurado.

A proposta foi apresentada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e teve parecer favorável do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO).

O texto original previa estímulo na forma de subvenção econômica a favor das empresas desde que elas tivessem pelo menos 30% de pessoal entre 40 e 55 anos. Além da mudança na faixa etária visada, Cyro Miranda sugeriu a concessão de incentivo fiscal no lugar da subvenção econômica, que envolve transferência direta de recursos públicos.

CCJ abre prazo para anistia a demitidos no governo Collor

Os servidores demitidos no governo Collor poderão ter novo prazo para apresentação de pedido de anistia e, assim, retornar aos seus cargos. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou emendas da Câmara ao projeto (PLS 372/08) que reabre prazo para apresentação de pedido de anistia. A proposta segue para o Plenário e, se aprovada, poderá beneficiar quem foi demitido ou exonerado entre 1990 e 1992.

Segundo o autor, Lobão Filho (PMDB-MA), a iniciativa beneficiará cerca de 20 mil

ex-servidores que não tiveram a oportunidade de requerer a anistia dentro do prazo.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), alertou para a possibilidade de o projeto não ter resultados práticos.

– A competência dessa matéria, conforme reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, é do Poder Executivo. Nós estamos aprovando uma matéria por unanimidade sabendo que, se houver qualquer questionamento do Poder Judiciário, ela pode cair.

Prorrogados contratos da EBC e da Defesa

O Plenário aprovou ontem a medida provisória (MP 538/11) que autoriza o Ministério da Defesa e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) a prorrogarem contratos temporários. A validade deles terminou em

junho e julho. Pela MP, valerão até dezembro de 2012.

No Ministério da Defesa, os contratos se referem ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia. Com a prorrogação, o governo quer

evitar perda de pessoal de alta experiência e especialização.

Em relação à EBC, uma lei autorizou a contratação de empregados temporários para a implantação da empresa. Constituída a EBC, uma MP au-

torizou a contratação de mais 200 empregados, dos quais 53 já deixaram a empresa. Eles não foram substituídos. Cobia prorrogar os contratos até a EBC realizar concurso público, o que ocorreu em setembro.